

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Tribuna

Class.: 66

Data: 31 de julho de 1991

Pg.: _____

Repercussão polêmica ao Código da Amazônia

Não tem sido tranqüila a receptividade, no país, das idéias contidas no "Código da Amazônia", lançado nesta cidade na semana passada pelo governador Gilberto Mestrinho, sem o maciço comparecimento e apoio integral das lideranças políticas regionais. Coincidindo com a realização da 43ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no Rio de Janeiro, as idéias do governador Mestrinho encontraram restrições e reservas na comunidade científica nacional, como demonstram os pronunciamentos transcritos a seguir, expostos por Philip Feamside, diretor do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia — Inpa; Magda Lombardo, geógrafa e professora da USP; Enio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Oswaldo Massambani, professor da USP e Alfredo Machado.

Philip Feamside — "O código dos governadores é uma tentativa de tirar a autoridade do governo federal nas questões ambientais. A meu ver, seria uma catástrofe. Os governadores estaduais têm menos preocupações ecológicas e estão mais sujeitos às pressões dos interesses econômicos locais. No governo anterior, Mestrinho quis liberar a exportação de madeira em toras e a caça de onças e jacarés. Outro grande escân-

dalo do governo Mestrinho foi a aprovação da Codeama (Companhia de Desenvolvimento do Amazonas) para o início do funcionamento da hidrelétrica de Balbina.

Magda Lombardo — "É uma visão equivocada. O importante é fortalecer o Ibama, órgão federal de controle e fiscalização ambiental. Esse órgão teria de desenvolver e aplicar uma política eficiente de ocupação da Amazônia, fazendo um monitoramento permanente e uma fiscalização eficiente. É fundamental concentrar os esforços em relação à Amazônia, um ecossistema único no mundo. As decisões políticas não podem ser encaradas como um todo para que seja possível realizar um zoneamento ecológico".

Enio Candotti — "Não me parece que seja uma proposta razoável. A constituição prevê que a conservação de florestas e de recursos minerais é da responsabilidade da União, do governo federal. Talvez alguns Estados possam se beneficiar com a proposta do governador Mestrinho, mas não todos os Estados. Duvido que o Acre, o Pará e Tocantins estejam de acordo com essa idéia. E preciso ficar claro que há questões de competência dos Estados e outras de competência da União. Os Estados têm lá suas obrigações e, entre

elas, está a de colaborar com o conjunto da nação".

Oswaldo Massambani — "É muito difícil falar sobre uma questão difícil assim sem um exame mais aprofundado. O problema é que as decisões sobre o futuro da região amazônica podem ficar concentradas nas mãos de pouquíssimas pessoas. Essa proposta do governador Gilberto Mestrinho pode dar poder demais aos grupos dominantes regionais. Isso pode provocar uma polarização excessiva em torno de interesses específicos locais que nós não conhecemos e não temos como controlar. E muitas vezes, provavelmente, esses interesses regionais não serão os mesmos do conjunto da nação".

Alfredo Machado — "O governador Gilberto Mestrinho pode propor o que ele quiser, só que vai ter de mudar a constituição. Ele pode agir, mobilizar politicamente os governadores e até os moradores da Amazônia. Mas não vai conseguir controlar a política de meio ambiente, a não ser que ele declare a independência da Amazônia. Mas não vejo sentido, sobretudo agora, que o Grupo do Sete países mais ricos do mundo está para aprovar ajuda de US\$ 1,5 bilhão para as florestas brasileiras. A conferência de Estocolmo já previa que os desenvolvidos ajudassem o Terceiro Mundo".

Aprovado o relatório sobre meio ambiente

SÃO PAULO — O Coordenador da World Wildlife Foundation no Brasil (WWF), Kleber Alho Shis, aprovou o Relatório Nacional sobre o Meio Ambiente que o Brasil apresentará a ONU até o final do mês. Segundo Shis, o estudo é bastante abrangente para uma primeira tentativa e conseguiu diagnosticar de forma correta o problema ambiental brasileiro.

A WWF não pretende apresentar propostas na audiência pública que discutirá, no próximo dia 9, o relatório nacional sobre o meio ambiente.

Outra organização não governamental (ONG) que considerou o relatório satisfatório foi a Funatura. A presidente da entidade, Maria Teresa Giorgi Pádua, afirmou que os coordenadores do relatório conseguiram retratar bem o país. Segundo ela, o problema maior do estudo seria a grande ênfase dada à Amazônia.

A ecologista discordou dos comentários dos militares, que reclamaram das críticas ao Calha Norte, e dos comentários do governo. Segundo ela, é importante retratar as causas econômicas e sociais, intrínsecas aos problemas do meio ambiente.